



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

265 Agt.

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0299020-9

Agravante: Carlos Antônio de Oliveira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STF EM QUESTÃO DE REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO AGRAVADA REVERENTE À NORMA ESCRITA NO § 3º DO ART. 543-B DO CPC. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Consoante a inteligência da norma escrita no § 3º do art. 543-B do Código de Processo Civil, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do mérito do recurso selecionado paradigma implica denegação de seguimento a recurso extraordinário, versando idêntica controvérsia, impugnatório de acórdão do Tribunal de origem lavrado em sintonia com a orientação firmada pela Corte Maior no tema.
2. Do julgamento pelo Pleno do STF do RE nº 563965/RN, resultou a compreensão de que inexistente direito adquirido a forma de cálculo da remuneração de servidor, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos (Tema 41).
3. Inexistente nas razões que animam o agravo doméstico argumento forte o suficiente para desconstituir a convicção da decisão agravada, de que a controvérsia emoldurada nos autos da causa se enquadra no tema de orientação firmada pela Corte Suprema quando do julgamento de mérito do recurso extraordinário selecionado paradigma.
4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0299020-9, julgado em 12 de maio de 2014 e em que figuram, como agravante, Carlos Antônio Oliveira, e, como agravado, Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em **negar provimento** ao agravo, consoante relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 12 de maio de 2014

Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

259
ASJ.

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0299020-9

Agravante: Carlos Antônio de Oliveira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão da 2ª Vice-Presidência deste TJPE da qual, em face do disposto no § 3º do art. 543-B do Código de Processo Civil, resultou a inadmissibilidade do recurso extraordinário interposto pela parte aqui agravante.

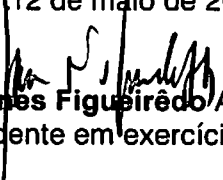
No caso concreto, o recurso excepcional teve seu trânsito obstado mercê do entendimento de que a matéria controvertida nele emoldurada diz respeito à inexistência de direito adquirido a forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração de servidor, desde que preservado o *quantum* remuneratório, tal como foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento de mérito do recurso paradigma do Tema 41 (RE nº 563965/RN).

Em síntese, nas razões de sua insurgência a parte agravante argumenta que “...não é possível concluir pela irredutibilidade da remuneração do servidor estadual, sem que se considere a norma que alterou a composição da remuneração dos seus servidores, no caso a LCE do Estado de Pernambuco 169/2011. Não é possível, portanto, aplicar o precedente em referência, uma vez que versa sobre o ultraje pela lei estadual potiguar a dispositivo constitucional” (fl. 245).

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

Recife, 12 de maio de 2014


Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência

261 151.

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário no Processo nº 0299020-9

Agravante: Carlos Antônio de Oliveira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

VOTO

Cuido que inexistente, nas razões que subsidiam a insurgência recursal, qualquer argumento forte o suficiente para ensejar a pretendida reforma da decisão agravada.

É que, em boa verdade, a matéria que informa a controvérsia emoldurada nos autos da causa está, toda ela, em rigorosa conformidade com a questão constitucional suscitada no RE nº 563965/RN. De cujo julgamento pelo Pleno do STF resultou a compreensão de que inexistente direito adquirido a forma de cálculo da remuneração de servidor, desde que preservado o *quantum* remuneratório, isto é, respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Confirmo, pela transcrição da ementa do acórdão conferido ao citado recurso paradigma:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento" (STF – Pleno, RE 563965/RN, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 01.07.2009).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

Recife, 12 de maio de 2014

Des. Jones Figueirêdo Alves
2º Vice-Presidente em exercício e relator